

# LUTA CAMELÔ: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS

*Data de submissão: 07/04/2023*

*Data de aceite: 02/05/2023*

**Alessandra Oliveira Teles**

Universidade Estadual de Feira de  
Santana, DCHF  
ORCID – 0000-0001-9867-6380

**RESUMO** Analisando a cidade de Feira de Santana-BA a partir de aspectos como economia, política e sobretudo a ação do Estado (destaque para a esfera municipal) tomamos o comércio de rua como ponto de partida para o estudo e os rebatimentos da constituição da cidade. As sucessivas crises do capital e as reorganizações do mundo do trabalho fortalecem e enfraquecem essa ocupação de acordo as conveniências de cada período. O objetivo desse estudo é articular as transformações espaciais que impactaram nas relações de trabalho dos camelôs através dos aspectos contraditórios dessa atividade considerando a relação tempo-espaço. Justifica-se seu estudo pela relevância para a formação do município num primeiro momento, sua contribuição para a consolidação enquanto cidade e centro regional e capacidade de absorver força de trabalho nos períodos em que o capitalismo apresentou crises e reestruturações. O recorte temporal tratará

do período compreendido entre 1970-2020, pois ocorreram relevantes situações que envolvem o comércio de rua. Os procedimentos metodológicos incluem a análise bibliográfica, pesquisa documental, registros fotográficos, participação em movimentos e atos realizados por camelôs antes da pandemia. Como resultados destacamos a implantação de projetos para reordenamento destinados a modernização do centro da cidade como o Centro de Abastecimento, o Feiraguay e agora o Shopping Cidade das Compras renegando a importância dos camelôs para a identidade e composição do comércio e economia da cidade. Os órgãos de governo que institucionalizaram e marginalizaram a atividade de ambulantes, camelôs, e em certa medida de feirantes nos convoca a pensar as condições de precarização do trabalho, a institucionalização e marginalização. Além disso, o tema abre espaço para discutir as formas de reprodução do espaço urbano uma vez que as formas comerciais são também formas de reprodução das relações sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Camelôs, Precarização do Trabalho, Informalidade.

## FIGHT CAMELÔ: CONTRADICTIONS AND CONFLICTS

**ABSTRACT** Analyzing the city of Feira de Santana-BA from aspects such as economy, politics and above all the action of the State (emphasis on the municipal sphere) we take street commerce as a starting point for the study and the repercussions of the constitution of the city. The successive crises of capital and the reorganizations of the world of work strengthen and weaken this occupation according to the conveniences of each period. The aim of this study is to articulate the spatial transformations that impacted the street vendors' work relationships through the contradictory aspects of this activity considering the time-space relationship. Its study is justified by its relevance for the formation of the municipality at first, its contribution to consolidation as a city and regional center and its ability to absorb the workforce in periods when capitalism presented crises and restructuring. The time frame will deal with the period between 1970-2020, as relevant situations involving street commerce occurred. Methodological procedures include bibliographic analysis, documentary research, photographic records, participation in movements and acts carried out by street vendors before the pandemic. As a result, we highlight the implementation of reorganization projects aimed at modernizing the city center, such as the Supply Center, Feiraguay and now Shopping Cidade das Compras, denying the importance of street vendors for the identity and composition of the city's commerce and economy. The government bodies that institutionalized and marginalized the activity of street vendors, street vendors, and, to a certain extent, street vendors, call us to think about the conditions of precarious work, institutionalization and marginalization. In addition, the theme opens space for discussing the forms of reproduction of urban space, since commercial forms are also forms of reproduction of social relations.

**KEYWORDS:** Street vendors, Precarious work, Informality.

## INTRODUÇÃO

O capitalismo achou espaço para se expandir e consolidar enquanto sistema e poder hegemônico nos espaços urbanos – entre outros aspectos – por ser o lugar onde uma variedade de processos sociais vão ocorrer, dentre eles, podemos destacar a acumulação e reprodução de capital. Circulação e comunicação são os principais responsáveis nessa troca inter-regional (CORRÊA, 1989).

Utilizamos como procedimentos metodológicos para este trabalho: a) revisão de literatura destacando a produção do espaço, comércio e território; b) levantamento de reportagens e notícias em jornais, blogs e sites, inclusive institucionais como o da prefeitura municipal; c) observação e registro fotográfico das ruas selecionadas para fins de estudo. Considerando o período de pandemia a observação e registro fotográfico foi realizado tomando os cuidados e respeitando os protocolos de uso de máscara, uso de álcool gel e com o máximo de distanciamento social, com isso não realizamos aplicação de questionários ou realização de entrevistas. Parte das informações foram adquiridas por meio de conversas através de aplicativos; visitamos o shopping, porém procuramos manter o distanciamento social, usamos máscara bem como estivemos num horário que não é considerado de pico além do que os corredores estavam vazios e facilitaram a circulação e

não-contato com trabalhadores ou consumidores.

O planejamento de modernização nacional alcançou Feira de Santana que periodicamente através de seus agentes públicos elabora projetos de modernização (BECKER e EGLER, 2006), foi assim no período da implantação do Centro Industrial Subaé – construção do Centro de Abastecimento, requalificação da praça da Bandeira – criação do Feiraguay e hoje com o Pacto da Feira – criação do Shopping Popular. Assim percebemos a importância de abordar a discussão do projeto de modernização nacional proposta pelos autores acima citados e seus rebatimentos no cenário regional e sobretudo local. Utilizamos a tese de Cruz (1999), por tratar dessa modernização e seus impactos na produção do espaço local. Quanto a precarização do trabalho tomamos como base a discussão realizada por Borges (2016, p. 714) “A economia brasileira nunca foi capaz de incorporar sequer a metade da força de trabalho disponível para ser explorada pelo capital”. Cabe a população adquirir renda em segmentos como a atividade informal, aqui estudada a partir do trabalho dos camelôs que ocupam as ruas da área central de Feira de Santana. Porém, a realização dessa atividade não ocorre de forma pacífica com o poder público municipal que recorrentemente cria projetos para o ordenamento territorial. Essa realidade nos leva a discutir o conceito de território proposto por Raffestin (1993, p. 53), uma vez tornado campo de lutas no qual acontecem “por e partir de relações de poder”.

## **BREVE CONTEXTO ESPAÇO-TEMPORAL**

Historicamente, a formação do município e da cidade de Feira de Santana está atrelada ao trajeto de gado entre o interior baiano e nordeste/centro-oeste em direção a capital. Nessa localização havia uma quantidade significativa de lagoas e pastagens que permitiam a recuperação do gado. A atividade rural predominava no interior baiano, onde atividades acessórias (aquelas que davam o suporte alimentar aos engenhos de cana no recôncavo e sobretudo na capital) se faziam presentes, o cultivo de milho, feijão e mandioca eram predominantes entre as culturas. Assim, nesse local de pouso de gado, deu-se início a comercialização antecipada do gado que viria para Salvador e desses produtos que comporiam a base alimentar da população.

O movimento de pessoas promove as condições iniciais para a aglomeração de pessoas em torno de atividades que necessitam de um espaço “não-rural” para acontecer, assim surge a feira na fazenda de Santana dos Olhos D’Águas e com ela o início do aglomerado que se tornará a cidade de Feira de Santana. Essa feira livre torna-se a essência da atividade comercial e outros elementos vão se unir e promover a consolidação de Feira de Santana como centro regional, como podemos citar: a convergência da BR-116, BR-101 e BR-324, o processo migratório, o estabelecimento de um comércio formal e de um centro industrial. Estes posteriormente e contraditoriamente serão os subsídios para justificar a retirada da feira livre da área central da cidade.

Num intervalo de cerca de 188 anos, tem-se essa formação descrita no parágrafo anterior, até os dias atuais com a consolidação da cidade como um relevante centro regional polarizando tanto os municípios de sua microrregião geográfica definidos pela regionalização do IBGE como outros que buscam na sua atividade comercial produtos e serviços aqui ofertados.

Um destaque necessário trata da figura do trabalhador que contribuiu para essa consolidação enquanto centro regional. Na maioria dos estudos e registros, destaca-se sempre a figura dos fazendeiros, grandes comerciantes e praticamente não há citação dos trabalhadores que de fato colocaram sua força de trabalho para que essa cidade se fortalecer e tornar-se um importante centro comercial.

Boiadeiros, vaqueiros e principalmente feirantes trabalharam duramente em busca de garantir sua sobrevivência e de forma indireta criaram as condições necessárias para que o núcleo urbano se formasse e com ele o estabelecimento de um comércio formal.

Contraditoriamente, esse comércio formal que se aproveita da fama e circulação de pessoas que buscam a feira de Feira de Santana, promovem uma reforma urbana em modelos progressistas, alinhado com o discurso modernizador do governo federal e em momentos diferentes trabalham para que a feira seja extinta e seus trabalhadores excluídos das possibilidades de fazer parte das atividades econômicas de modo mais efetivo.

### **A ação do poder público municipal: mais do mesmo**

Entre 1970 e 2020, o poder público municipal tem realizados ações que podemos definir como repetitivas quando se trata do ordenamento e requalificação do espaço público da área central da cidade. Ao longo dessas décadas foram propostos projetos com o objetivo de ordenar e requalificar o espaço público da área central da cidade garantindo, segundo eles, mobilidade, segurança e conforto. Destaca-se os projetos do Centro de Abastecimento, o Feiraguay e mais recentemente o Shopping Popular.

A tentativa de estabelecer um modelo urbano-industrial em alinhamento com um modelo do governo federal promove a primeira onda de modernização no centro da cidade, com caráter higienista, retira-se a feira para o Centro de Abastecimento no final da década de 1970. Divididos em setores, os trabalhadores buscam modos de sobreviver em seu novo espaço. Na década de 1990, nova onda de ordenamento territorial com a criação do Feiraguay para abrigar os camelôs que estão ocupando a praça da Bandeira.

A reestruturação produtiva continua a extinguir postos de trabalho e mais pessoas ocupam as ruas na tentativa de garantir algum tipo de renda, o que faz o poder público municipal, em 2013, criar o pacto da Feira com a proposta de criação de um Shopping Popular para receber os camelôs que estão nas ruas do centro da cidade. O mais impactante desse último projeto trata-se do fato de que para a construção do Shopping Popular cerca de 1.500 pessoas foram desalojadas dos seus locais de trabalho no setor de artesanato do Centro de Abastecimento para que suas lojas fossem demolidas e construído o referido

Shopping. Além disso, o número de vagas divulgado pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana é incompatível com a quantidade de trabalhadores nas ruas.

### **As condições de trabalho dos camelôs**

Como explicado na seção anterior, a feira livre tem início antes mesmo da formação do município e da cidade, com isso os feirantes compõem o primeiro grupo a forjar a identidade e classe de trabalhadores. Até a década de 1970 são esses sujeitos que vão figurar entre os principais agentes na contribuição do fortalecimento da cidade enquanto centro regional. Paralelo, o país vem modificando sua estrutura para um modelo urbano-industrial e os governos, em todas as esferas, vem trabalhando para essa transformação. Abertura de estradas, novos modelos de atividades, implantação de centros industriais levam a modificação de muitos municípios e essa realidade encontrou em Feira de Santana tanto agentes políticos quanto famílias que fizeram a transição de fazendeiros para comerciantes urbanos que abraçaram esse discurso de modernidade renegando as atividades e classe trabalhadora que promoveram sua formação.

O feirante foi transferido para um espaço definido como Centro de Abastecimento que auxiliará no reordenamento e modernização do centro da cidade. Entre meados das décadas de 1980-90 o mundo passa por um processo de reestruturação produtiva, com a modernização e transformação nos postos de trabalho e uma leva de pessoas no mundo ficam desempregadas, esse efeito é visto e sentido aqui também e um segmento ganha força e destaque, a figura dos camelôs começam a despontar nas ruas da cidade, sobretudo em antigos pontos do centro comercial ocupados pelos feirantes. O comércio de rua começa a ganhar fôlego novamente e a cada dia, ao longo das décadas de 1990-2010 o número de pessoas que tomam as ruas do centro da cidade configura uma nova ocupação. Sem estrutura, sem apoio, invisíveis aos olhos do poder público, mediante conveniências políticas partidárias, o comércio de rua se consolida mais uma vez e os trabalhadores exercem suas atividades com as condições mínimas.

O processo de industrialização criou a falsa ideia de ocupação de mão-de-obra. Muitos governos estaduais, inclusive na Bahia, para justificar o investimento em plantas industriais da iniciativa privada, nos seus estados, colocaram na mídia a informação relacionada a geração de significativa quantidade de postos de trabalho, o que na realidade não ocorreu. (TEIXEIRA; GUERRA, 2000). Neste cenário, os trabalhadores informais, representado sobretudo por ambulantes e camelôs compõem a categoria que apresenta o maior crescimento. Desempregados e indivíduos de municípios diversos, especialmente daqueles com predominância de atividades primárias vão promover um aumento expressivo no comércio de rua, como escreve Maia (2015, p. 456) “O chamado comércio de rua, em parte é integrante desse setor e vem funcionando como fator de estabilização social para o indivíduo desempregado, [...]”

As relações de poder se revelam também em circunstâncias como esta, a organização

logística contribui para o entendimento do território enquanto produto das ações humanas. A organização do espaço vai além da atuação do Estado, quando circulação e comunicação estão a serviço de empresas de diferentes tamanhos e promovendo sua atuação de forma pontual e ao mesmo tempo dispersa nos lugares que lhe interessam, reorganizando-os a cada expansão ou retração econômica. Para Raffestin (1993) a formação de um território é resultante das ações promovidas por agentes que buscam a transformação do espaço para alcançar seus objetivos.

Atualmente, ambulantes e camelôs representam esse comércio que se transformou, teve sua localização por muitas vezes modificada e diminuída, mas não perdeu sua capacidade de continuar existindo nos principais logradouros do centro comercial da cidade. Para muitos ambulantes e camelôs esse é o único meio de adquirir recursos que garantam um mínimo para seu sustento e de seus familiares. Segundo Maia (2013, p. 46) “O comércio de rua pode ser, em grande parte, uma economia de sobrevivência, uma alternativa imediata ao desemprego, ou uma opção, uma escolha. É também, um sinal de vitalidade comercial não aproveitado.”

Em pesquisas anteriores temos analisado como o discurso modernizador incorporado pelo poder público municipal desde meados de década de 1960 tem modificado a área central da cidade, as sucessivas relocações da feira livre e em seguida dos trabalhadores que tentam sobreviver comercializando nas ruas está promovendo novas centralidades. Temos estudado o comércio na área central da cidade com outros objetivos e percebemos que o mais recente projeto de requalificação urbana do centro da cidade denominado de Novo Centro teve como finalidade a retirada de todo e qualquer trabalhador de rua: camelô, ambulante, feirante ou outra classificação. A prefeitura municipal numa parceria público-privada criou um espaço para relocação desses trabalhadores denominado inicialmente de Centro Comercial Popular, depois Shopping Popular e registrado por seu administrador como Cidade das Compras.

Uma série de problemas e irregularidades surgiram a partir da organização desse espaço sendo as mais graves o pequeno número de unidades (box) para a quantidade de trabalhadores nas ruas da área central – foram construídas 1.680 unidades para cerca de 5.000 trabalhadores que estavam nas principais ruas e uma cláusula no contrato entre a prefeitura municipal e a empresa que administra o espaço obrigando a prefeitura além de proibir e coibir qualquer camelô ou similar nas ruas do município indenizar o consórcio caso haja concorrência com o aparecimento de camelôs e ambulantes comercializando nas ruas. Numa breve contagem apenas nas ruas da área central encontramos mais de 3.000 pessoas, aproximadamente, conforme apresentado na tabela 1, considerando que a área central da cidade é formada por um número maior de logradouros e a informalidade não apresenta números precisos, acreditamos que existam os 5 mil trabalhadores anteriormente citados.

| Logradouro                | Barracas/carros | Número estimado de pessoas |
|---------------------------|-----------------|----------------------------|
| Rua Marechal Deodoro      | 311             | 900                        |
| Avenida J. J. Seabra      | 66              | 130                        |
| Rua Barão de Cotegipe     | 36              | 100                        |
| Rua Conselheiro Franco    | 37              | 103                        |
| Rua Sete de Setembro      | 16              | 50                         |
| Rua Vitorino Gouveia      | 31              | 65                         |
| Rua Leonardo Borges       | 60              | 130                        |
| Rua Recife                | 91              | 200                        |
| Rua Olímpio Vital         | 26              | 50                         |
| Praça da Bandeira         | 28              | 30                         |
| Praça Bernardino Bahia    | 95              | 180                        |
| Rua Sales Barbosa         | 405             | 1.150                      |
| Avenida Senhor dos Passos | 225             | 500                        |
| Número aproximado         | 1.427           | 3.088                      |

Tabela 1 – Distribuição de Camelôs e Ambulantes na área central de Feira de Santana - 2019

Fonte: TELES, Alessandra, 2019. Contagem de Ambulantes e Camelôs.

Os números acima revelam a incapacidade desse novo espaço em absorver esses trabalhadores e uma ausência de atuação do poder público em auxiliá-los. Diversos conflitos e embates ocorreram desde o projeto desse espaço até os dias atuais com sua materialização e funcionamento, manifestações, judicialização, processos e diversos atos contra a ocupação por parte dos trabalhadores foram realizados, mas terminaram por ceder a pressão do poder público e um número ocupou as unidades a eles destinadas.

A postura do poder público, em todos os exemplos observados na referência consultada, aponta para regras e projetos elaborados por técnicos que aparentam não considerar a opinião e os anseios dos trabalhadores que se encontram nas ruas.

Diversos conflitos e embates ocorreram desde o projeto desse espaço até os dias atuais com sua materialização e funcionamento, manifestações, judicialização, processos e diversos atos contra a ocupação por parte dos trabalhadores foram realizados, mas terminaram por ceder a pressão do poder público e um número ocupou as unidades a eles destinadas. Numa visita técnica ao espaço percebemos que os conflitos não cessaram, pois, os relatos tratam entre outras queixas do não cumprimento do contrato por parte do administrador privado que venceu a licitação para gerenciar o espaço, a prefeitura não oferece nenhum apoio, as obras das unidades não foram concluídas, entre outras dificuldades. As figuras a seguir mostram a mobilização dos trabalhadores a partir do momento que tomaram conhecimento do que aconteceria a partir da sua remoção.





Figuras 1 – Mobilização de ambulantes e camelôs de Feira de Santana – 2016-2020

Fonte: Movimento Luta Camelô, 2016-2020

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os órgãos de governo que institucionalizaram e marginalizaram a atividade de ambulantes, camelôs, e em certa medida de feirantes nos convoca a pensar as condições de precarização do trabalho, a institucionalização e marginalização. Além disso, o tema abre espaço para discutir a reprodução do espaço urbano uma vez que as formas comerciais são também formas de reprodução das relações sociais.

Quando a reestruturação produtiva e a conjuntura política extinguem postos de trabalho, sobra mão-de-obra e falta ocupação; como consequência imediata o desemprego e a necessidade de sobrevivência mostram o lado perverso desse cenário. A atividade dos camelôs surge como forma de reação, de inserção da população no mercado de trabalho e busca pela sobrevivência.

Ao longo do estudo que vem sendo realizado percebe-se uma preocupação com a modernização da cidade e dentro do planejamento proposto aparece o shopping popular como suposta solução para o ordenamento territorial das ruas e avenidas. Nos discursos dos agentes públicos, o feirante, o ambulante e o camelô desorganizam a cidade, tornam o centro caótico e sujo e a melhor solução é sua transferência para um espaço organizado numa visão higienista e desconectada com a realidade social.

## REFERÊNCIAS

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil: Uma Nova Potência Regional na Economia-Mundo**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.



BORGES, A. Os Novos Horizontes de Exploração do Trabalho, de Precariedade e de Desproteção. **Cadernos do CEAS**, Salvador, N. 239, P. 713-741, 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CRUZ, R. C. **A Inserção de Feira de Santana (BA) nos Processos de Integração Produtiva e de Desconcentração Econômica Nacional**. 1999. 333f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

TEIXEIRA, Francisco; GUERRA, Oswaldo. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **BAHIA: Análise & Dados**. Salvador: SEI, v. 10, n. 1, jul. 2000, p. 87-99.

TELES, Alessandra, Oliveira. **Parecer técnico sobre Camelôs e Ambulantes do Centro Comercial de Feira de Santana-BA**. Incubadora de Economia Popular e Solidária, UEFS. 2019.

TELES, A. O. **Camelôs em Feira de Santana (BA): Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Local**. Resolução CONSEPE N° 122/2018. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2018.

TELES, A. O. **O Comércio Informal em Feira de Santana (BA): Permanências e Mudanças**. 2017. 275 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2017.